



INTERFERÊNCIAS DA MP 758, DE 19/12/2016, SOBRE PROCESSOS MINERÁRIOS

Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação
Mineral

Departamento de Desenvolvimento Sustentável na
Mineração



HISTÓRICO

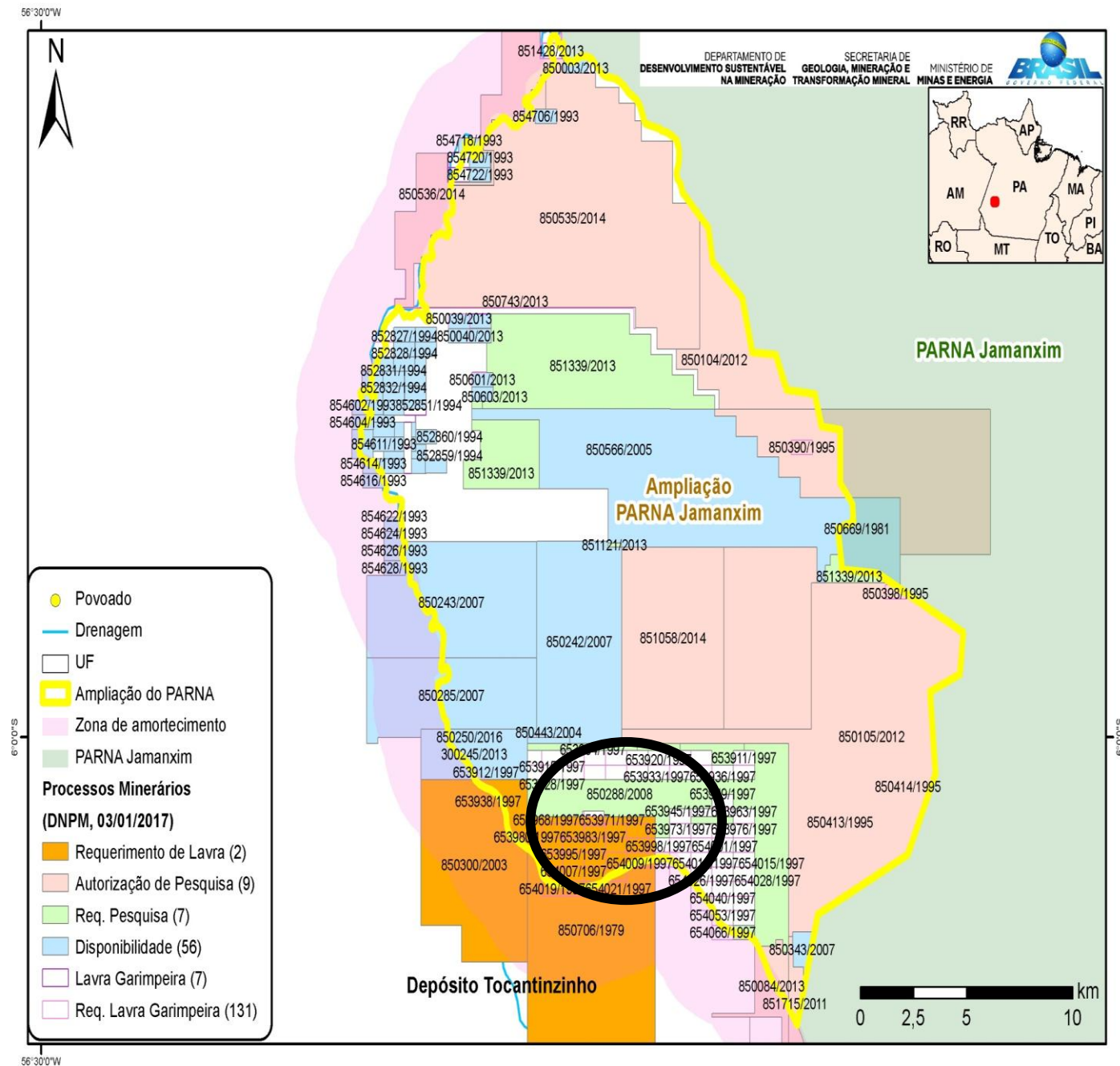
- A criação das UCs do Tapajós e seus limites, em 2006, levaram em consideração as argumentações da SGM, DNPM e CPRM, em relação ao grande potencial para ouro da região e as atividades minerais lá existentes.
- Esta sinalização positiva quanto à possibilidade de mineração no Tapajós foi, 10 anos depois, impactada pela edição da MP 758.
- A MP 758, ao ampliar o PARNA Jamanxim, desafetando parte da APA Tapajós, interferiu negativamente em requerimentos de lavra garimpeira, em Permissões de Lavra Garimperia, em processos em fase adiantada de pesquisa mineral e, em especial, de requerimento de lavra, como é o caso do Projeto Tocantinzinho.



Impactos da MP 758 nos processos Minerários

- São 156 processos minerários ativos na área ampliada do PARNA Jamanxim, além de áreas em disponibilidade, quais sejam:
 - 131 requerimentos de lavra garimpeira;
 - 09 autorizações de pesquisa e 07 requerimentos de pesquisa;
 - 02 requerimentos de lavra e 07 Permissões de Lavra Garimpeira (PLG).
- As 07 Permissões de Lavra Garimpeira e os 131 requerimentos de lavra garimpeira na área em estudo apontam positivamente para a política de governo de formalização da pequena mineração.
- O impedimento de formalizar esses garimpos pode, ao contrário de uma das justificativas para a edição da MP (Texto: Exposição de Motivos) potencializar os conflitos locais e aumentar o nível de informalidade na extração de ouro.

Interferência da MP 758 com
processos minerários
(Fonte: SGM, 2017)





Situação do Depósito Tocantinzinho

- Empresa: Brazauro Recursos Minerais, subsidiária da Eldorado Gold, empresa de mineração de ouro com sede no Canadá, com ações nas bolsas de Toronto e Nova York
- Investimentos realizados: US\$ 76 milhões (R\$ 244 milhões) em pesquisa mineral.
- Investimentos previstos para os próximos anos:
 - US\$ 34 milhões (R\$ 109 milhões) em projeto de engenharia para a implantação do projeto;
 - US\$ 503 milhões (R\$ 1,6 bilhões) na implantação em si do empreendimento;
 - Apenas para os próximos 5 anos a previsão de investimentos é de US\$ 18 milhões (R\$ 58 milhões).



Depósito Tocantinzinho (cont.)

- **Impactos socioeconômicos previstos:**
 - Geração de 600 empregos diretos e cerca de 2.400 indiretos;
 - Fomento de cadeias produtivas a montante e a jusante: cerca de 500 fornecedores;
 - Circulação de R\$ 300 milhões/ano de despesas operacionais
 - Pagamento da taxa de Compensação Ambiental, prevista na Lei do SNUC: R\$ 10 milhões
 - Disponibilidade de energia elétrica para a região, apropriada para o desenvolvimento industrial: linha de transmissão de alta tensão de 200 km;
 - Cursos de capacitação com vistas a absorção da mão de obra local
- **Fase de desenvolvimento do projeto:**
 - Requerimento de lavra (Relatório Final de Pesquisa aprovado);
 - Início do processo de licenciamento ambiental:
 - Renovação da Licença Prévia – LP, em 23/06/2015
 - Obtenção de diferentes outorgas de uso da água em 2016;
 - A continuidade do processo de licenciamento ambiental foi suspenso com a publicação das MP 758 em 20/12/2016.
- **O Projeto conta com apoio das autoridades e da sociedade local.**



Depósito Tocantinzinho (cont.)

- Todos os investimentos da Eldorado Gold, oriundos de capital externo, foram realizados dentro de preceitos legais.
- A inviabilização do projeto provoca uma grande insegurança jurídica, que se contrapõe à política de atração de investimentos necessários à retomada do crescimento econômico do país, em especial da atividade mineral.
- Este cenário, com certeza, se reproduzirá para todos os investidores estrangeiros, não apenas na região do Tapajós, mas em todo o país.
- Ainda, a lavra do Tocantinzinho representa uma mudança nos paradigmas de uma região onde o garimpo representa a forma usual de exploração mineral.
- Esta mudança representa uma nova perspectiva local para as futuras gerações.



PROPOSTA DO MME PARA COMPENSAÇÃO AMBIENTAL PELA DESAFETAÇÃO DO PARNA JAMANXIM PARA CONSTRUÇÃO DA FERROGRÃO

